

LUTAS DOS TRABALHADORES DO
SINDICATO DOS METALÚRGICOS NO
SUL CATARINENSE (1960-2016)

FERNANDO DEBRIDA MARTINS
Universidade do Extremo Sul Catarinense
fernandodebridamartins@gmail.com

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO
Universidade do Extremo Sul Catarinense
jhz@unesc.net

RESUMO

A indústria metalúrgica no sul catarinense teve seu processo de crescimento a partir da década de 1950, contexto de diversificação da economia regional, que até aquele momento estava centrada na exploração do carvão mineral. Com a expansão da indústria metalúrgica, cresceu a necessidade de força de trabalho. Foi nesse contexto que, em 1965, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – SINMETAL. As fontes principais para a produção do artigo foram os jornais, em especial o informativo “Zé Ferreiro”, jornal produzido pelo Sindicato. Assim, o artigo aborda sobre a trajetória do Sindicato dos Trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma e Região, com ênfase nas principais demandas da luta dos trabalhadores no Sindicato em diferentes temporalidades e contextos.

Palavras-chave: Trabalhadores; Sindicato; Metalúrgicos; Sul Catarinense.

STRUGGLES OF WORKERS OF THE
SINDICATO DOS METALÚRGICOS
IN THE SOUTH OF CATARINA
(1960 - 2016)

FERNANDO DEBRIDA MARTINS
Universidade do Extremo Sul Catarinense
fernandodebridamartins@gmail.com

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO
Universidade do Extremo Sul Catarinense
jhz@unescc.net

ABSTRACT

The metallurgical industry in the south of Santa Catarina had its growth process from the 1950s, a context of diversification of the regional economy, which until that moment was centered on the exploitation of mineral coal. With the expansion of the metallurgical industry, the need for workforce grew. It was in this context that, in 1965, the Metallurgical Workers Union of Criciúma and Region – SINMETAL was founded. The main sources for the production of the article were the newspapers, especially the newsletter “Zé Ferreiro”, a newspaper produced by the Union. Thus, the article addresses the trajectory of the Workers Union of the metallurgical, mechanical and electrical material industries of Criciúma and Region, with emphasis on the main demands of the workers' struggle in the Union in different temporalities and contexts.

Keywords: Workers; Syndicate; Metallurgists; Southern Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O artigo trata da trajetória do Sindicato dos Trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma e região, com ênfase nas principais demandas da luta dos trabalhadores no Sindicato em diferentes temporalidades e contextos. O crescimento do setor se deu a partir da década de 1950, com a diversificação econômica observada na região carbonífera a partir de então. Diversificação essa que foi alavancada, inicialmente, pelo setor cerâmico, seguido do metalúrgico. Conforme afirma Santos (1997, p. 100), “A indústria metalúrgica é outro setor nesse universo, que teve início no final da década de 50, com a criação da Mecril, pela família Búrgio”. Segundo o autor, a partir desse período, dezenas de empresas pequenas e médias surgiram para atender à procura de peças, de equipamentos e de componentes, tanto pela mineração quanto pela recente indústria cerâmica.

As metalúrgicas inicialmente surgiram para atender a mineração ou a agricultura, posteriormente foram se especializando e atendem também o setor cerâmico, redes de distribuição de energia, produção de carrocerias, caçambas basculantes (GOULARTI FILHO 2016). Atualmente são mais de uma centena de empresas que compõem o setor, entre médias, grandes e pequenas e produzem para atender não somente o mercado local, mas também o nacional e internacional.

Com o crescimento e a expansão das empresas, cresceu também a necessidade de ampliação da força de trabalho para o desenvolvimento das atividades do setor. A classe de trabalhadores metalúrgicos compreende atualmente na região, desde trabalhadores de pequenas empresas mecânicas, até trabalhadores de grandes indústrias exportadoras. O setor gera emprego e renda para centenas de trabalhadores e suas famílias. No entanto, também gera o conflito *capital x trabalho*. Como em toda economia capitalista, junto com o crescimento da indústria e do emprego, aparecem os conflitos inerentes ao sistema. Com a classe trabalhadora, surgem os problemas de sobrevivência, a exploração da força de trabalho que gera a luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho e vida, entre outras questões (MARTINS, 2021).

Foi nesse contexto que, em 1962, surgiu a associação dos trabalhadores metalúrgicos, posteriormente transformada em Sindicato em 1965, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – SINMETAL (PEREIRA, 2012). Portanto, são as lutas empreendidas pelos trabalhadores vinculados a esse Sindicato o objeto de estudo deste artigo. Buscamos analisar a trajetória de lutas da categoria dos trabalhadores do setor metalúrgico, mecânico e de material elétrico de Criciúma e da região desde a sua fundação até o ano de 2016.

Nesse período, identificamos três fases no processo de atuação do sindicato, as quais estão relacionadas ao momento político e econômico pelo qual o País passou desde os anos de 1960. A primeira fase teve início com o golpe civil-militar, que ocorreu no contexto da Guerra Fria e por meio do qual se instaurou uma ditadura no País a partir de 1964, que durou, aproximadamente, até o ano de 1979, com a transição para a redemocratização de grande protagonismo do Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma.

A segunda fase começou na transição dos governos militares para os governos civis; passou pela grande onda de greves do final dos anos de 1970, pela abertura política e pela

criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; passou, ainda, pela conquista de direitos, com a Constituição de 1988; e terminou com o avanço das medidas neoliberais empreendidas pelos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

A terceira e última fase começou no processo de lutas do sindicato com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir do ano de 2002 até o ano de 2016 - período de aproximação da CUT e do sindicalismo em geral com o governo; perpassando também pelo governo de Dilma Rousseff até o golpe.

A fonte principal para esse artigo foram os jornais, em especial o informativo “*Zé Ferreiro*”, material produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos. “*Zé Ferreiro*” foi/é um informativo publicado mensalmente, mas em alguns anos foi bimensal (como, por exemplo, em 2011), e em alguns anos não foi publicado. Uma parte dos informativos foram pesquisados no acervo do Sindicato que não possui toda coleção e outra no acervo do CEDOC - Centro de Memória e Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

As peculiaridades dos jornais, a simbologia das palavras e a investigação dos leitores como público-alvo, receptores e transmissores das suas informações têm contribuído para novas interpretações da história. Na condição de representantes da sociedade onde estão inseridos, os periódicos se constituíram em fontes fundamentais para os mais variados tipos de estudos. Em suas páginas, está a permanência das memórias de acontecimentos pretéritos (BEZERRILL, 2011). Os estudos sobre a imprensa têm evidenciado que ela “[...] ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como uma representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época” (CAPELATO, 1994, p. 24-25). O processo de produção do impresso configura-se em um ato de poder. Nele estão implícitas relações que podem ser elucidadas. Portanto, “A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas.” (CAPELATO, 1994, p. 24-25). Portanto, ao utilizar o informativo “*Zé Ferreiro*” como fonte, estamos dando visibilidade para aspectos da trajetória e lutas dos trabalhadores da indústria metalúrgica de Criciúma e região.

O SINDICATO NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA E DA DITADURA CIVIL-MILITAR - 1962-1979

O Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e Região possui atualmente cerca de 3.500 associados, sendo que em sua base territorial há cerca de 10.000 trabalhadores, com abrangência em 29 municípios do Sul Catarinense¹. Entretanto o Sindicato começou a ser idealizado no início dos anos de 1960, a partir da iniciativa do metalúrgico Raul Clemente Pereira. Junto com o operário, que, na época, trabalhava na oficina da revenda Júlio Gaidzinski, participou no processo de constituição do Sindicato o padre Hélio Simas (PEREIRA, 2012).

No período em questão, o mundo vivia a chamada Guerra Fria, que correspondia ao momento posterior à Segunda Guerra Mundial, em que as superpotências vencedoras na guerra dividiram o mundo em duas zonas de influência. No lado capitalista, estavam os Estados Unidos, e no lado comunista, a União Soviética (HOBSBAWM, 1994). Para Pereira

¹ Essas informações constam na página do Sindicato. (<http://www.sinmetalsc.com.br/sindicato>. Acesso em 17/06/2022).

(2012), a presença do padre Hélio Simas na fundação do Sindicato estaria relacionada a essa conjuntura mundial da época. A Igreja Católica temia a aproximação dos trabalhadores e dos sindicalistas com o comunismo ateu, que governava a União Soviética e os demais países comunistas.

O papel do padre, então, era o de divulgar a encíclica papal *Mater et Magistra*, publicada pelo então papa João XXIII. A tal encíclica pregava o direito dos trabalhadores de se organizarem em associações e sindicatos, desde que continuassem na fé cristã. A tarefa do padre Hélio, portanto, era a de auxiliar na fundação de um sindicato que não se deixasse levar para o lado do comunismo ateu de orientação marxista.

A partir de 1964, um novo fato ocorreu no Brasil: aconteceu a deposição do presidente João Goulart e a instauração de uma ditadura civil-militar. Isso interrompeu novamente o curto período democrático que o País vivia desde o fim da era Vargas. Foi um período marcado por intervenções nos sindicatos, destituições de diretorias, proibição de greves e de manifestações políticas. Foi nesse contexto que, em 1965, aconteceu a fundação do Sindicato.

Segundo Pereira (2012, p. 30),

Em 28 de julho de 1965, no 16º mês de vigência do movimento revolucionário de 1964, o padre Hélio José de Simas encontrava-se em Criciúma, no Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, participando do evento de transformação da Associação Profissional em Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico da Zona Sul do Estado de Santa Catarina, Sinmetal, conforme a sigla atualmente utilizada. Veio de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, especialmente para assistir à solenidade de entrega da Carta Sindical. Não foi chamado para compor a mesa dos trabalhos, ao contrário do que deveria ocorrer. Não se pode considerar uma gafe do amigo sindicalista Raul Clemente Pereira. Certamente solicitou para não ir à mesa, onde se juntavam membros do clero, sindicalistas, o deputado federal e minerador Diomício Freitas e outras autoridades.

O autor se refere ao golpe civil-militar da época como “movimento revolucionário”, expressão usada pelos militares para disfarçar o golpe e que acaba por confundir muitas pessoas até os dias de hoje. Era difícil admitir um golpe de Estado, por isso as autoridades militares e civis que foram a favor da deposição de João Goulart nunca admitiram ter dado um golpe de Estado e instalado regime ditatorial, ao contrário, sempre buscaram mascarar seus atos como necessários para garantir a democracia no País e livrar a população do “comunismo”.

Na época, o papel do padre Hélio Simas era o de coordenar cursos de sindicalismo, os quais foram ministrados por professores, advogados, juízes, delegados, ou seja, profissionais com conhecimentos nas áreas afins necessárias para a formação de sindicalistas. Havia sempre a preocupação de formar sindicalistas cristãos, que não se envolvessem com as ideias marxistas/comunistas, como já foi mencionado, principalmente pela questão do ateísmo e da extinção da propriedade privada preconizada por essas ideias.

Com o golpe civil-militar, o sindicato recém-fundado ficou com ações limitadas/ cerceadas por um longo período. As intervenções nos sindicatos foram constantes. Segundo Nagasava (2018, p. 117),

As intervenções sindicais aconteceram desde o primeiro dia da ditadura. Não foi necessária sequer a oficialização de posse de Arnaldo Sussekind como ministro do trabalho para que os membros de diretorias sindicais fossem perseguidos e presos, os sindicatos invadidos e seu aparelhamento físico destruído ou apreendido. Considerando-se o temor dos golpistas da instalação de uma “República Sindicalista”, não surpreende os militares terem mirado

desde o início os sindicatos. A palavra de ordem era prender, apreender, intervir e depois informar o Ministério do Trabalho.

No Brasil pós-1964, a ordem democrática foi interrompida e um dos alvos principais do governo foram os sindicatos de metalúrgicos, têxteis, jornalistas, entre outros. Eles foram invadidos, tiveram suas diretorias destituídas e em seus lugares foram colocadas pessoas da confiança do regime em vigor. Em muitos sindicatos, os dirigentes, chamados “pelegos”, foram colocados nas diretorias para que cumprissem seu papel, ou seja, o de não enfrentar os patrões nem proporem medidas extremas, como greves, paralisações e protestos em portas de fábrica.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metal Mecânica e de Material Elétrico de Criciúma e Região, o SINMETAL, não ficou de fora e também sofreu intervenção.

A partir de dezembro de 1968, o ato institucional nº 5 impacta diretamente as atividades. É flagrante o seu efeito na vida associativa, a partir da situação de excepcionalidade instaurada no Brasil em 13/12/68. Houve um evidente esvaziamento de participação dos trabalhadores nas assembleias. Mesmo no SINMETAL, que ao tempo da revolução dera continuidade quase normal às suas atividades para obter a carta sindical, os trabalhadores foram desestimulados de uma participação mais ativa na busca de melhores condições salariais e de trabalho. No início da década de 1970, Raul Clemente Pereira, que assumira a presidência da Federação dos Metalúrgicos, foi detido, interrogado e solto, mas afastado definitivamente do cargo. Os inúmeros mandados de segurança impetrados em seu favor, pelo advogado Benedito Narciso da Rocha, não surtiram efeito. (PEREIRA, 2012, p. 189-190).

Portanto, o Sindicato dos Metalúrgicos da região não passou ileso à truculência dos militares e sofreu intervenção direta dos órgãos de repressão da Ditadura Civil-Militar. O momento foi tão sombrio, que praticamente não há registro de greves na região no período. O Jornal do Sul anunciou a volta das greves na região somente no final dos anos de 1970:

Pois as greves voltaram, finalmente, à Capital do Carvão... Desde o final do mês de junho, o repórter do JS, Zulnei Manique Barreto, vinha acompanhando toda a movimentação e organização no setor metalúrgico da cidade e informando sobre a situação que gradativamente tornava-se mais e mais tensa. O desleixo total por parte dos patrões, sua prepotência traduzida na forma de menosprezo a uma organização legalmente constituída como o sindicato, teve na última terça-feira o início de uma resposta à altura: a greve! Em princípio deflagrada na Carrocerias Becker, a paralização encampou na manhã seguinte, quarta-feira, a Crivel, Jugasa, Metalúrgica Milano, Siderúrgicas Catarinense e Criciumense (SIDESA). Na quinta-feira, foi a vez da Mecril e Autopertences. Concentrações. E passeatas dos grevistas ocorridas durante as paralizações deram o toque de maturidade que caracterizou fundamentalmente todo o movimento. Advertências aos patrões não faltaram. A greve dos metalúrgicos é a primeira em Criciúma a ocorrer nos últimos 15 anos. Não será, com toda certeza, a última. Boatos constantes vaticinam novas paralizações de outros setores trabalhistas para esta semana, incluindo cerâmicas e minas de carvão. E agora Patrões? (JORNAL DO SUL, sábado, 8 de setembro de 1979).

Fica evidente na notícia do Jornal do Sul que ocorreu um lapso de 15 anos em que Criciúma e região não presenciaram nenhuma greve. Esse período coincidiu plenamente com o dos militares no poder. No entanto, a mesma notícia anunciou o retorno dos movimentos grevistas na região com uma onda de greves, a qual se espalhou pelo Brasil a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980.

As greves dos anos de 1978 a 1980 no ABC Paulista afrontaram o regime militar e

inauguraram uma nova fase do sindicalismo brasileiro. Lideradas pelo então sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula, ressurgiu, a partir de então, um sindicalismo combativo e de real comprometimento com a classe trabalhadora. Sindicalismo esse que havia passado por anos de repressão.

As lutas empreendidas pelos sindicatos e por vários movimentos sociais do período buscavam conquistar direitos trabalhistas e também direitos políticos. Elas foram fundamentais para o processo que marcou o fim da ditadura e que levou à redemocratização do País (SADER, 2013).

DAS LUTAS E DAS CONQUISTAS EM ÂMBITO NACIONAL E LOCAL AO AVANÇO NEOLIBERAL: 1979-2002

A partir dos anos de 1978 e 1979, na região do ABC Paulista, São Caetano, São Bernardo do Campo e Diadema, uma onda de grandes greves de metalúrgicos assolou o País. Sob a liderança do então sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula, metalúrgicos do ABC cruzaram os braços para protestar e reivindicar melhorias salariais e nas condições de trabalho. O ano de 1979 coincidiu com o ano da Anistia Política dos presos e exilados pelo regime civil-militar, que já durava 15 anos. Os baixos salários e as péssimas condições de trabalho revoltaram os trabalhadores, que resolveram entrar em greve, protagonizando a maior onda de greves que o Brasil já havia presenciado desde o início da implantação do capitalismo industrial. Em Criciúma, de acordo com Miranda (2013, p. 26-27),

Os metalúrgicos foram os que iniciaram a onda de greves em setembro de 1979 na cidade de Criciúma. Essa categoria vinha num processo de mobilização e reivindicação há pelo menos dois meses. Existia uma disparidade muito grande entre a proposta de reajuste salarial apresentada pelos empresários e a reivindicada pela categoria. Enquanto os empresários ofereciam 30% a título de antecipação do dissídio, que estava marcado para março do ano seguinte, os metalúrgicos reivindicavam 60%, sendo 30% de reajuste imediato e 30% com antecipação.

Segundo Miranda (2013), o descontentamento era tão grande que a proposta patronal não foi aceita. Na época, a inflação altíssima corroía os salários e o poder de compra dos trabalhadores se via cada vez menor. O piso dos metalúrgicos de Criciúma e da região era um dos mais baixos da categoria em todo o estado de Santa Catarina. Os patrões se mostravam arrogantes e irredutíveis com as reivindicações dos operários. No final do movimento grevista, os trabalhadores saíram vitoriosos, pois

As conquistas foram consideráveis: garantiram estabilidade no emprego aos grevistas por noventa dias, anteciparam o próximo dissídio de março para fevereiro e os dias parados seriam compensados nas férias, além disso, o novo salário passou a valer a partir do dia primeiro do mês de setembro, ou seja, o pagamento seguinte já foi realizado com o aumento acordado. (MIRANDA, 2013, p. 51).

Nessa época, o sindicalismo e outros movimentos sociais estavam se expandindo por várias cidades do País. O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado em 1980, enquanto, após várias discussões em congressos de trabalhadores e em entidades sindicais, em 1983, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Um ano depois, em 1984, também foi criado o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

O sindicalismo e os movimentos sociais que ficaram adormecidos durante o período militar ressurgiram com força. A volta de muitas lideranças que estavam exiladas e o surgimento de novas lideranças no interior da classe trabalhadora agitaram o cenário das reivindicações trazendo novamente à tona a questão da luta de classes e da situação da classe trabalhadora brasileira, tão massacrada nos chamados *Anos de Chumbo*.

É possível afirmar alusivamente que, entre as décadas de 1970 e 1980, um novo elemento começou a caracterizar o movimento sindical brasileiro existente durante a ditadura militar. O nosso movimento operário e sindical viveu em fins dos anos 1970 um momento de extrema importância para sua história. Após o duro impacto do golpe de 1964, que lhe havia deixado pouco espaço de ação – a não ser aqueles presentes no trabalho silencioso e cotidiano no interior das fábricas e de algumas tentativas pontuais de contestação, [...] um sindicalismo de corte mais autêntico aflorava, exigindo a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2015, p. 512-513).

A década de 1980 continuou agitada para o movimento sindical e grevista em todo o Brasil, e o sul catarinense não ficou de fora. Nos arquivos do Centro de Memória Documentação (CEDOC) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), é possível perceber o grande número de ações grevistas e reivindicativas dos sindicatos em todo o Brasil e também na região. Metalúrgicos, mineiros, vestuaristas, motoristas, ceramistas, todas as principais categorias de trabalhadores tiveram enfrentamentos grevistas nesse período. O jornal “O Metalúrgico”, de publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, de Mauá, de Ribeirão Pires e de Rio Grande da Serra, em edição especial de fevereiro de 1986, estampou em sua capa o seguinte: “1985. O ano em que reduzimos a jornada”. Essa foi uma alusão à conquista da redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

A redução da jornada diária (ou do *tempo* semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que constitui num mecanismo de contraposição à extração de sobretabalho, realizado pelo capital, desde sua gênese com a Revolução Industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional. Desde o advento do capitalismo, a redução da jornada de trabalho mostra-se central na ação dos trabalhadores, *condição preliminar* para uma vida emancipada. (ANTUNES, 2015, p. 131).

O jornal *O Estado*, de 17 de fevereiro de 1986, apresentou matéria com o título “Tumultos e violência no 4º dia de greve”, referindo-se à greve dos mineiros, que já entrava em seu quinto dia. Os metalúrgicos de Criciúma não ficaram de fora. Conforme o *Jornal de Santa Catarina*, do dia 22 de maio de 1986.

Segundo Zanelato, desde segunda-feira quando todos os metalúrgicos em greve voltaram ao trabalho, o sindicato não recebeu nenhuma manifestação dos empresários para entendimento. Nenhum contato telefônico com o presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos, Adalcino Pereira, Mário Búrigo, pediu alguns dias para reinício das conversações.

O diretor da metalúrgica Mecril, Guido Búrigo, garantiu, à tarde, que “os canais de negociações estão abertos, como sempre estiveram. Queríamos apenas aguardar o julgamento do TRT”. Disse ainda que, na sua opinião, o Sindicato dos Metalúrgicos se precipitou ao optar pela greve, pois, se tivesse prosseguido [com] as conversações que vinha encaminhando com os empresários “poderia ter algumas conquistas”.

Todas as reivindicações dos metalúrgicos foram negadas pelo TRT, sua sessão de terça-feira última.

A notícia do jornal deu conta de uma greve realizada pelos metalúrgicos no período da presidência do senhor Domiciano P. Zanelatto, em que as reivindicações não foram aceitas pelo Tribunal Regional do Trabalho. Isso mostra que nem só de vitórias é feita a história da classe trabalhadora brasileira. No entanto, também revela a força da união dos trabalhadores e dos movimentos grevistas, porquanto os empresários se mostraram/mostram abertos à negociação para evitar a paralisação das fábricas.

As lutas dos trabalhadores do mesmo modo não se limitaram a negociações salariais, pois, como se pode perceber no informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e da região, “Zé Ferreiro”, havia todo tipo de reivindicações e de preocupações com relação às suas condições de trabalho. Tais preocupações referiam-se a situações como horas extras, insalubridades e maus-tratos pelos patrões. Em edição de julho de 1984 (p. 7) no informativo “Zé Ferreiro”, encontramos a seguinte preocupação:

Os companheiros que trabalham em locais ou operações insalubres, pelo fato de estarem prejudicando sua saúde e perdendo sua capacidade de trabalho, têm direito a receber adicional de insalubridade. Trata-se de uma forma de compensar os males causados ao organismo do empregado.

Porém, como não tem dinheiro no mundo que pague a perda da saúde, os trabalhadores não podem se contentar com o recebimento da insalubridade. É necessário atacar o mal pela raiz e exigir que as empresas utilizem uma parte de seu volumoso capital para eliminar as condições de trabalho insalubre.

A matéria do informativo também reforçou que muitas empresas, não raramente, nem adicional de insalubridade pagavam corretamente aos seus empregados. De acordo com o informativo do sindicato, a lei da época obrigava o pagamento de adicional de insalubridade de 40%, 20% ou 10%, conforme o grau de insalubridade da atividade realizada pelo trabalhador.

Denúncias de maus-tratos aos trabalhadores nos locais de trabalho também eram constantes nas páginas do informativo “Zé Ferreiro” na década de 1980. Até o cumprimento de horas extras, que por lei era uma opção do trabalhador, eram impostas com a ameaça de demissão. “Hora extra ou rua” era o que diziam os empregadores. De acordo com “Zé Ferreiro” de julho de 1984 (p. 8).

Chegaram ao sindicato informações de que existem empresas obrigando os trabalhadores a fazer horas extras – todos os trabalhadores! – sob ameaça de demissão. Ou aceita ou está no olho da rua.

Se por motivos particulares o trabalhador não poderá cumprir a imposição, é sumariamente despedido.

Fazendo hora extra repetidamente o operário se desgasta rapidamente e tira o lugar de algum desempregado que está passando necessidades.

Por exemplo, 100 trabalhadores que cumprem diariamente duas horas extras estão fazendo o trabalho de 25 outros trabalhadores, que estão na rua.

A preocupação com as horas extras realizadas pelos trabalhadores era uma constante nos informativos do Sindicato. Em especial em relação ao desemprego que essa modalidade de trabalho acarretava a outros trabalhadores e ao desgaste físico e mental do próprio trabalhador, que se submetia a tal situação em troca de um adicional salarial. Outro problema relatado no informativo “Zé Ferreiro” foi que o pagamento das horas extras estava sendo feito fora da folha de pagamento, o que acarretaria um prejuízo futuro ao trabalhador, pois essas horas não

estariam sendo depositadas como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que significava lesão para o trabalhador na previdência social e na hora da aposentadoria. Outros tipos de maus-tratos, como agressões e ameaças, também eram constantes. No informativo “Zé Ferreiro” de março de 1987 (p. 3), podemos ler o seguinte:

Durante a campanha salarial o empresário RUI BECKER, proprietário da Carrocerias Becker, atentou contra a vida de dois diretores do Sindicato: ANTONIO CARLOS LEANDRO e JOSE ITAMAR MAFIOLETTI (Preguinho) [sic].

Toda a revolta dele foi em função de uma denúncia que o Sindicato fez ao Ministério do Trabalho.

A denúncia era sobre uma prática escravagista usada pelo empresário que obriga os seus empregados a pagarem as horas de falta de energia com prolongamento do expediente sem direito a horas extras.

O sindicato, na época, havia registrado queixa policial, a qual estava sendo investigada. Isso teria irritado o empresário, que, por sua vez, teria ameaçado os dirigentes sindicais. O sindicato recomendava, na mesma matéria de seu informativo, que os trabalhadores, quando procurassem emprego, evitassem a Carrocerias Becker, pois o patrão, lá, mais parecia um “nazista” ou alguém que vivia em outra época, como na da escravidão.

Outra nota do informativo “Zé Ferreiro”, de setembro de 1989, com o título “Diabo ataca outra vez na Imecal”, dá conta de que, por diversas vezes, um engenheiro da empresa vinha sendo denunciado. O tal engenheiro Ângelo, segundo o informativo, gostava de “aparecer” e fazia “cara de capeta” para amedrontar os trabalhadores. O Sindicato, por meio de seu informativo, mandava recado ao engenheiro de que não era daquela forma que ele iria conquistar os trabalhadores e fazê-los trabalhar como se fossem escravos.

A década de 1990 marcou, no Brasil, o início de um novo governo, com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello. Finalmente, após 21 anos de Ditadura Civil-Militar, em que o País ficou mergulhado no autoritarismo e foi governando por Presidentes-Generais e, depois, em mais um período do “governo apêndice”, por José Sarney, que, na verdade, era vice na chapa que elegeu Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, formado por deputados e senadores, ocorreu a primeira eleição direta para Presidente da República.

No ano de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente do Brasil no segundo turno das eleições, derrotando seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez na história do Brasil, um representante legítimo da classe trabalhadora havia disputado uma eleição para a Presidência da República.

Vitorioso, Collor de Mello pôs-se a realizar seu projeto neoliberal, que estava em curso no período. Desencadeado mundialmente por representantes como Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, esse projeto atacava o “estado de bem-estar social”, que predominou no pós-Guerra, e as classes trabalhadoras em seus direitos. Projeto esse ainda em curso em nível mundial.

Após um pequeno intervalo no governo de Itamar Franco, que sucedeu a Fernando Collor após o seu *impeachment*, o neoliberalismo avançou com as medidas liberalizantes e privatizantes dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Ivo Lesbaupin (1999, p. 7),

No Brasil, entre os anos 30 e o final dos anos 80 houve um processo de construção de um Estado nacional. Foi Collor de Mello quem iniciou, em 1990, o seu desmonte, com a adoção do ideário neoliberal. Mas a iniciativa de Collor foi interrompida pelo seu impeachment. Fernando Henrique Cardoso se encarregou de levá-la a seu pleno desenvolvimento. No início de seu governo, em 1995, o Brasil era um país ainda respeitado internacionalmente, com um parque industrial significativo, com imensos recursos naturais, com empresas estatais altamente competitivas em áreas estratégicas, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, com um setor de telecomunicações desenvolvido, com uma rede de produção de energia elétrica, com um grande potencial de desenvolvimento e onde o trabalho era ainda o principal bem que as pessoas possuíam.

Segundo Ivo Lesbaupin (1999), quatro anos após a posse de FHC, o Brasil estava imerso em uma crise econômica, em recessão e sob o controle do Fundo Monetário Internacional (FMI). Havia privatizado a empresa Vale do Rio Doce e gerado desemprego e baixa salarial, assim como havia promovido uma deterioração dos serviços públicos de educação, saúde, assistência social e previdência.

Fernando Henrique Cardoso havia sido eleito com promessas de elevação das condições na área social, mas havia feito o contrário. As medidas tomadas pelos governos neoliberais afetaram todo o País, inclusive na nossa região, com a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o fim do subsídio na compra do carvão mineral. Isso afetou os trabalhadores e o movimento sindical. Conforme Goularti Filho (2016, p. 316):

Não restam dúvidas de que, com o aumento exponencial do desemprego nos anos 1990, os sindicatos brasileiros tiveram que se readaptar, mudando o discurso e a forma de atuação. O aumento do desemprego fragilizou as bases sindicais fazendo-os recuarem [sic] no que se refere às greves, piquetes e mobilizações de fábrica. A estabilização dos preços do Plano Real, a recessão, a “ilusão monetária” de que os salários estão acompanhando a inflação e o medo do desemprego deixam inúmeras categorias acuadas.

Mesmo no contexto de crise econômica e de avanço das políticas neoliberais, os trabalhadores do sindicato dos metalúrgicos não pararam de lutar. O que vamos analisar, agora, são as lutas e as experiências dos trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e da região no período 1995 a 2003, que corresponde aos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com o informativo “Zé Ferreiro” de março de 1995, o ano já começava com uma greve considerada vitoriosa para a categoria. Na página três do informativo, podemos ler: “A greve dos Metalúrgicos do Sindimetal e recuperação de veículos, realizada de 23 de janeiro a 9 de fevereiro, pode ser considerada vitoriosa”. Segundo o informativo (1995, p. 3),

Nós, diretores do Sindicato, chamamos uma assembleia para avaliar qual seria o rumo a ser tomado. A assembleia deflagrou a greve, sendo que alguns companheiros foram iludidos pelos encarregados e patrões. Mesmo assim a greve foi um sucesso. Se o Sindicato tivesse seguido aqueles empregados iludidos pelos seus superiores, os índices seriam aqueles citados como exemplos. Com isso, o nosso índice não foi dos melhores, mas conseguimos um percentual superior àquele imposto pelo Governo e patrões.

A direção do Sindicato avaliou que se não fosse a greve os resultados seriam piores. A greve forçou os empregadores a promoverem aumentos melhores que aqueles que estavam sendo propostos pelo governo e pelos patrões.

O mesmo informativo, de março de 1995, em sua página quatro, também demonstrou a preocupação com o desemprego. Uma entrevista com o então presidente do sindicato, o

senhor Dorival Sazan, mostrou que os trabalhadores estavam preocupados com as políticas neoliberais e com a modernização das empresas devido ao emprego crescente de máquinas que substituíam os trabalhadores, as quais faziam sozinhas o que vários trabalhadores faziam anteriormente. Questionado sobre o desemprego, Dorival Sazan afirmou que,

De um modo geral ele aumentou em algumas fábricas. No caso da Milano, por exemplo, há três ou quatro meses havia 100 empregados e hoje o quadro está reduzido à metade. A Petersime também demitiu de 20 a 30 trabalhadores nos últimos meses. Na Imecal houve cerca de 20 dispensas. Desde a implantação do Plano Real, mais de 400 metalúrgicos foram demitidos na região.

Sobre o futuro, Sazan afirmou, na mesma entrevista:

Para mim, nos anos que se seguem, por um período talvez muito longo, esse quadro tende a se agravar ainda mais. As empresas investem em máquinas para substituir o trabalhador, aumentando o número de desempregados. As máquinas aumentam a produção, em contrapartida o trabalhador que produziu essa riqueza não usufrui disso, e nem diminui sua carga horária em função de ter aumentado a produção.

A década de 1990 também foi um período de dificuldades para algumas empresas devido às tomadas de decisão do Governo, o que fez os trabalhadores sofrerem com atrasos nos pagamentos e nas rescisões de contrato de trabalho. Isso ocorreu na região, em empresas como a Módulos, de Cocal do Sul, e a Metalúrgica Montanha Ltda (Memol), de Caravaggio, assim como, segundo o informativo do Sindicato, com a empresa Miraglia. Tal fato fez com que o Sindicato prontamente tomasse medidas em defesa dos trabalhadores. No informativo “Zé Ferreiro” do mês de setembro de 1995 (p.3), podemos ler o seguinte:

Os 38 funcionários da Módulos, de Cocal do Sul, entraram na justiça através do Sindicato com uma medida de arresto, pretendendo o bloqueio dos bens da empresa para garantir o pagamento de três meses de salários em atraso e das rescisões. A empresa está fechada.

A situação dos trabalhadores da Memol (Metalúrgica Montanha Ltda), de Caravaggio, é semelhante. A Memol tem cerca de 30 funcionários. O Sindicato também vai entrar com uma medida de arresto contra a Memol.

Outra empresa que passa por dificuldades devido às medidas econômicas do Governo é a Miraglia, empreiteira da Amanda. A direção do Sindicato conseguiu receber um cheque no valor de R\$ 54 mil para fazer as rescisões vencidas e o pagamento dos salários em atraso desde Maio.

1995, segundo a edição do informativo “Zé Ferreiro” de junho, foi o ano em que tomou posse uma nova diretoria. A eleição, que ocorreu nos dias 11 e 12 de abril, elegeu Francisco Pedro dos Santos, o “Chico” – na época, trabalhador da Imecal. Francisco foi eleito em chapa única, com 93% dos votos válidos, ou seja, 1.047 votos.

Até então, haviam sido presidentes do Sindicato, desde a sua fundação, os senhores Raul Clemente Pereira, por três mandatos, entre 1962 e 1971, fundador e idealizador da instituição; Dinarte Mendes, entre 1971 e 1977, por três mandatos, até seu falecimento, em 24 de dezembro de 1977, em pleno exercício do mandato (presidente que pegou o período mais duro em relação aos sindicatos no Brasil), o qual foi sucedido por Ari Alano de Oliveira. Ari liderou o Sindicato no período das grandes greves desencadeadas a partir de 1979.

No período entre os anos de 1980 e 1983, o Sindicato foi presidido pelo senhor Ademir Klein, que era amigo pessoal de Raul Clemente, fundador do Sindicato. Participou das grandes

greves dos anos de 1970 e se revelou uma grande liderança, o que acabou lhe rendendo a eleição à presidência do Sindicato em 1980. Trabalhou na Jugasa e foi um dos primeiros filiados ao Sindicato. Em sua biografia também está a fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de Bom Jardim da Serra, no planalto serrano, e a criação do informativo “Zé Ferreiro”. Infelizmente, nenhum número do informativo publicado em seu período foi encontrado para esta pesquisa.

Entre os anos de 1983 e 1992, por três mandatos, o Sindicato foi presidido pelo senhor Domiciano Pedro Zanelatto, que teve forte atuação na presidência. Pegou o período de transição entre o governo de José Sarney e a eleição de Fernando Collor. Durante seu mandato, foram editados vários números do informativo “Zé Ferreiro”. Tanto que no informativo de 4 de outubro de 1989 ocorreu uma reflexão acerca das eleições para a Presidência da República, que estavam prestes a ser realizadas. Podemos lê-la na edição:

Vejamos quais são os principais candidatos que defendem o projeto político da classe patronal.

Collor de Mello, votou em Paulo Maluf no colégio eleitoral. É grande empresário do setor de comunicação. É candidato da Rede Globo, um dos maiores complexos econômicos do país.

Afif Domingos, representante da grande burguesia comercial. Foi secretário da Agricultura de Paulo Maluf. Está sendo processado por ter desviado verbas públicas para facilitar a candidatura de Paulo Maluf em eleições anteriores.

Paulo Maluf, símbolo maior da corrupção. Em sua trajetória política, sempre tem se colocado contra os trabalhadores. É representante dos banqueiros e das grandes empresas. (ZÉ FERREIRO, 1989, p.3).

O artigo publicado no informativo terminou conclamando os trabalhadores a votar em candidatos comprometidos com as lutas da classe trabalhadora e a repudiar candidatos comprometidos com as elites governantes, empresários e donos do capital. Dando sequência aos eleitos, então, o senhor Dorival Sazan sucedeu Zanelatto e foi eleito presidente do Sindicato para o período de 1992 a 1995. Exerceu seu mandato durante os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco. Conforme Dorival Sazan:

Na época, havia bastante desemprego, o que fortalecia o patrão. Era difícil negociar. O Sindicato se preocupava com o desemprego e, por isso, era diplomático nas negociações. O fato é que dentro de algumas empresas surgiam lideranças, entre os trabalhadores, que definiam ações e paralizações por conta própria. E era difícil o sindicato controlar. Fizemos algumas greves e tivemos derrotas pela exigência deles, sem ser o momento certo em nossa visão. Queriam para com poucos trabalhadores, prejudicando o movimento. Nas assembleias, tínhamos dificuldade de convencimento de que a greve, naquele momento era perdida e não iríamos avançar em nada (PEREIRA, 2012, p. 308).

Mesmo assim, Dorival Sazan acreditava que foi um momento importante para o movimento sindical da região. Segundo ele, foram conquistadas melhorias nos locais de trabalho, principalmente em relação à segurança com o funcionamento da CIPA. Reduziram-se os acidentes de trabalho com uma boa atuação do Ministério do Trabalho em suas fiscalizações.

O período de presidência de Francisco Pedro dos Santos, entre 1995 e 1998, foi bastante agitado. De acordo com o informativo do Sindicato, “Zé Ferreiro” (1995), Francisco assumiu o cargo no dia 15 de maio 1995. Chico tinha como vice-presidente o senhor Antônio Carlos Leandro, o Tonhão, e o secretário geral era João Salésio Caetano. Também faziam parte da

direção os senhores José Alceu Martins, José Machado, Celso Luiz Dutra, Dorival Sazan, Paulo Roberto Rodrigues Maciel, Hugo Carlos Mello, Jair Guetener, Valdonil Martins e Adecir Ferreira. Conforme o informativo de julho de 1995, houve negociação com a Icon. Na página quatro, podemos ler:

A direção da Industrial Conventos concedeu aumento real de 9% em junho nas faixas salariais. A negociação com as demais empresas ligadas ao Sindimaq está difícil, pois elas alegam que não podem dar antecipação por causa da crise que o País atravessa, mas a diretoria do Sindicato vai continuar negociando. Na ICON foi possível arrancar o aumento real porque os trabalhadores estavam dispostos a parar. Essa pressão tem que ser feita nas outras empresas. Quanto ao Sindimetal, aguardamos resposta do presidente do sindicato Mário Búrigo, para negociar. Nós não vamos desistir, até porque o trabalhador não aguenta mais o arrocho salarial. A perda atinge 8,85% de janeiro a maio.

Acidentes de trabalho também aconteceram nas empresas da região. De acordo com o informativo “Zé Ferreiro” do mês de agosto de 1995, um trabalhador, que trabalhava na Metalúrgica Iany Indústria e Comércio Ltda de Urussanga, SC, perdeu o dedo indicador da mão direita em um desses acidentes. O Sindicato também reclamava, na mesma matéria, que a tal empresa, além das péssimas condições de trabalho que oferecia, ainda pagava apenas o salário mínimo, não cumprindo o piso da categoria acordado em convenção coletiva.

Em outubro de 1995, o informativo “Zé Ferreiro”, na página quatro, anunciava demissões na Metalúrgica Criciúma Ltda (Mecril). De acordo com o informativo (1995, p. 4),

Em junho a direção do Sindicato e a Mecril fecharam um acordo para redução da jornada de trabalho e consequente redução do salário, devido à crise econômica imposta pelo Governo Federal. Mesmo sendo contra a redução da jornada e dos salários, o Sindicato não teve alternativa, pois quis evitar demissões. O período do acordo ia de 1º de julho a 30 de agosto. Após o vencimento, a direção do Sindicato entrou em contato com a empresa para que renovasse o acordo. Mas a Mecril optou pelas demissões, e cerca de 75 trabalhadores perderam o emprego. Agora o Sindicato espera que não haja mais dispensas, e se for necessário vai mais uma vez negociar com a direção da empresa.

Em contrapartida, os trabalhadores da Milano conquistaram um aumento real de 5% também em outubro do mesmo ano, de acordo com matéria do informativo “Zé Ferreiro” de novembro de 1995, intitulada “Trabalhadores da Milano conquistam aumento real” em negociação ocorrida no dia 24 de outubro entre a empresa e o Sindicato. Na mesma matéria, o Sindicato informou que a Usipe havia concedido uma antecipação de 3% e o mesmo índice para os meses de novembro e dezembro. Os trabalhadores da Siderúrgica Catarinense Ltda (Sical) também haviam conseguido uma antecipação de 5% para outubro e mais 5% para novembro. A matéria terminou da seguinte forma:

O Sindicato, embora com muitas dificuldades por causa do plano econômico, vem negociando com as empresas e vai continuar negociando as antecipações. “Queremos que até janeiro, no dissídio coletivo, a diferença seja bem menor”, afirmou o presidente do Sindicato, Francisco Pedro dos Santos. As perdas salariais de janeiro a setembro estão em torno de 16%.

O último informativo do Sindicato, de dezembro de 1995, trouxe como matéria principal: “Metalúrgicos iniciam campanha salarial/96”. Na matéria da página três do informativo “Zé Ferreiro” o assunto girou em torno dos 76 itens de reivindicações acordados na Assembleia

realizada no dia 11 de novembro do mês anterior. Entre as reivindicações estavam as perdas salariais, o aumento real de salário e a participação no lucro das empresas.

Mas não foram apenas os baixos salários que incomodaram a classe trabalhadora. O cotidiano nas fábricas foi importunado por “dedos-duros”, patrões autoritários, encarregados mandões e todo tipo de situações que, de uma maneira ou de outra, atrapalharam o bom convívio dos trabalhadores. Em uma seção do informativo “Zé Ferreiro”, intitulada “Chumbo Grosso”, podemos perceber várias reclamações dos trabalhadores no cotidiano das empresas. No informativo de dezembro de 1995, temos as seguintes reclamações: “Há um trabalhador do beneficiamento da Sical que anda entregando os companheiros. Ele não tem cuidado com a segurança do pessoal e agride os funcionários física e moralmente”. Outra reclamação afirmava: “Os empregados da Mecril estão fazendo hora extra e não recebem. A empresa faz com que descontem em folgas” (ZÉ FERREIRO, 1995, p. 4). Há, também, no mesmo informativo, uma reclamação sobre a Retífica Nereu, a qual informou que um trabalhador, após acidente de trabalho, estava sendo obrigado a trabalhar com o pé engessado.

O informativo “Zé Ferreiro”, de janeiro de 1996, em sua seção citada no parágrafo anterior, faz reclamações a diversas empresas, entre elas Sidesa, Sical, Vera Cruz e Fernandes. Na página dois do informativo, podemos perceber as seguintes reclamações:

Sidesa

O médico da Sidesa não aceita atestado de outro médico. Porém ele só atende às segundas-feiras, uma hora por dia. Nos outros dias da semana que o médico não atende, o trabalhador não pode ficar doente. É isso aí, o jeito é “programar” os problemas de saúde.

Discriminação na Sical

Os encarregados da empresa receberam cestas de Natal, mas os demais funcionários não. O peão de fábrica, que produz a riqueza para o patrão, deveria ser tratado da mesma maneira.

Vera Cruz

A empresa atrasou o pagamento do 13º salário e fez com que os funcionários assinassem papéis em branco para alegar que está tudo correto. Pedimos que os trabalhadores tenham muito cuidado com o que assinam para não serem vítimas da desonestidade de alguns empresários.

Fernandes

Nove funcionários demitidos em novembro ainda não receberam a rescisão. A empresa alega que não tem dinheiro e colocou duas máquinas MIG para que sejam vendidas para o pagamento das rescisões. Mas enquanto as máquinas não são vendidas, como ficam os trabalhadores que esperam esse dinheiro para saldar suas dívidas?

Reclamações como essas apareceram constantemente em vários informativos do Sindicato. No de junho/julho de 1996, existe uma reclamação de que os atestados médicos não estavam sendo aceitos pelas empresas e que alguns chegavam a ser rasgados na frente do trabalhador. Além disso, o Sindicato avisou aos trabalhadores para conferirem o dinheiro recebido com o valor que estava na folha de pagamento, pois algumas empresas estavam “logrando” os trabalhadores, pagando valores inferiores aos que estavam nas folhas.

No informativo “Zé Ferreiro” de junho de 1998, em uma seção chamada “Rápidas” (p. 2) observamos várias informações, entre elas algumas reclamações das empresas: “O FGTS na Sidesa há 7 anos não está sendo depositado. Os trabalhadores da empresa estão acionando a justiça”. Em uma outra reclamação, consta: “Metalúrgica Bonelli não paga hora extra, tem trabalhadores sem registro em carteira e está com o recolhimento do FGTS e pagamento em atraso” (ZÉ FERREIRO, 1998, p. 2), e assim por diante. Em quase todos os informativos,

durante a década de 1990, esses tipos de reclamação foram constantes.

O informativo de agosto de 1998 informou a ocorrência de uma pequena greve na empresa Sidesa. De acordo com Zé Ferreiro (1998, p. 1), “[...] atraso no pagamento de salário e descumprimento do acordo por parte do patrão foram o estopim para a deflagração de uma greve de 3 dias”. Para o Sindicato, a greve foi forte e a empresa logo solucionou o problema.

No último informativo a que conseguimos ter acesso, da década de 1990, mais precisamente de junho de 1999, podemos perceber a ocorrência de uma greve. Nesse exemplar do informativo “Zé Ferreiro” (1999, p. 4), lemos:

Os quase 100 trabalhadores da Siderúrgica Spillere entraram em greve nada menos do que em três oportunidades, entre o mês de março e mês de maio, protestando contra os salários em atraso. Os metalúrgicos da empresa cruzaram os braços pela primeira vez em 15 de março e pararam novamente nos dias 26, 27 e 28, fazendo outra greve em 18 de maio. Além de receberem os salários em atraso, a direção do sindicato, juntamente com lideranças dos grevistas, conseguiram [sic] através de negociação com que não fossem descontados os dias parados.

O informativo “Zé Ferreiro”, de junho de 1999, foi a última fonte que obtivemos sobre a década de 1990. Não encontramos nenhuma outra dos meses subsequentes.

DO PRAGMATISMO NAS LUTAS DOS TRABALHADORES AO GOLPE CONTRA DILMA ROUSSEF: 2002 -2016

Os ventos de mudanças sopraram no início do novo século, em âmbito local e nacional. Em âmbito local, o ano de 2000 marcou a extensão da base territorial do SIMETAL, pois anteriormente o Sindicato representava somente os trabalhadores de Criciúma, Araranguá, Nova Veneza, Cocal do Sul, Urussanga e Içara, sendo que os trabalhadores dos demais municípios eram representados pelo Sindicato com sede em Florianópolis, de base estadual. A partir das mudanças da base territorial, os benefícios conquistados pelo SIMETAL foram estendidos para todos os trabalhadores das indústrias metalúrgicas abrangendo 29 municípios do Sul Catarinense.²

Em âmbito nacional, os anos 2000 iniciaram com a eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva, e, pela primeira vez na história do Brasil, um legítimo representante vindo da classe trabalhadora, ex-metalúrgico e ex-sindicalista, exerceria o cargo de Presidente da República. Após disputar todas as eleições presidenciais desde a redemocratização, Lula emerge com discurso mais ameno e conciliador e com seu vice, José Alencar, um grande empresário paulista do setor têxtil. Esse fato demonstra aproximação entre Lula e o PT com setores da burguesia brasileira (BOITO JR, 2012).

Seu governo, que teve início em 1º de janeiro de 2003, ficaria marcado pela grande atenção dada às questões sociais. Programas sociais como Bolsa Família, Fome Zero, Primeiro Emprego, Minha Casa Minha Vida, entre outros, tornaram-se a marca do Governo Lula e se estenderam para o governo de sua sucessora, Dilma Rousseff.

Na área de atenção aos trabalhadores, Lula, além de ser um dos fundadores do PT, também era um dos fundadores de uma das maiores e mais combativas centrais sindicais do País até então, a CUT, fator que proporcionou a aproximação dos sindicatos e das principais

² Essas informações constam na página do Sindicato. (<http://www.sinmetalsc.com.br/sindicato>. Acesso em 17/06/2022).

centrais sindicais ao governo. Por conseguinte, sindicalistas ocuparam cargos no governo e influenciaram políticas e ações governamentais, mas nem por isso seu governo seria o melhor para a classe trabalhadora. De acordo com Henrique (2013, p. 304-305),

Para os sindicalistas, no início, havia certa confusão sobre qual deveria ser o papel da central, do partido e do governo. Apesar de inúmeras vitórias para governadores e prefeitos em todo o país, era a primeira vez que nosso projeto chegava ao chamado Poder Central. Aqui reside a primeira lição, aprendida a duras penas: ganhamos a eleição e não o poder. Alguns sindicalistas acreditaram que o governo Lula promoveria mudanças automaticamente, não levando em consideração a correlação de forças, a existência de um Congresso Nacional amplamente conservador, o papel da mídia e do Judiciário, as alianças feitas para chegar à vitória. Essa visão, além de equivocada, poderia levar à acomodação. Afinal de contas, a luta de classes não acabou com a vitória de Lula.

Como vimos acima, para Henrique (2013, p. 305), “[...] a luta de classes não acabou com a vitória de Lula”. É o que pretendemos analisar nesta seção. Como foi a luta dos trabalhadores durante os governos do Partido dos Trabalhadores? ocorreram greves? Negociações coletivas? Acordos coletivos?

Nacionalmente, o período foi marcado por greves, mas com caráter “[...] sobretudo instrumental, já que utilizadas como recurso de poder nas negociações coletivas. E têm sido eficazes nesse aspecto, ao menos em termos salariais” (CARDOSO, 2015, p. 501).

A negociação coletiva entre nós, portanto, é assunto para os próprios interessados, capital e trabalho. E, uma vez mais, segundo o DIEESE, desde 2008, 80% ou mais das categorias negociaram reajustes salariais acima da inflação, proporção que atingiu quase 95% em 2012. Apesar da queda em 2013, em 2014 a cifra voltou a superar os 90%. Desde 2005, a proporção de acordos que superaram a inflação esteve sempre acima de 70%, e acima de 80% na maioria das vezes. (CARDOSO, 2015, p. 502).

Portanto, os dados sobre greves e negociações coletivas evidenciam que, mesmo sendo “invisível”, pois não provoca a mesma comoção e grandes mobilizações como ocorriam, por exemplo, na década de 1980, a ação sindical no Brasil se mostrou bastante eficaz nos espaços onde os sindicatos eram convocados cotidianamente para negociar.

O informativo “Zé Ferreiro”, de dezembro de 2003, trouxe, em sua capa, desejos de *feliz natal* aos trabalhadores e um *feliz ano novo*. Na segunda página, o informativo trouxe uma matéria sobre revisão de aposentadoria, que estava sendo feita para trabalhadores aposentados em determinados meses, como entre junho de 1977 e setembro de 1988, e também para os aposentados entre março de 1994 a fevereiro de 1997. Ainda, informou sobre o atendimento médico e jurídico, além da matéria sobre campeonato de Futebol Suíço, que foi realizado entre 16 de outubro e 19 de dezembro. Sobre a questão salarial, apresentou matéria em que previa as negociações para o dissídio de janeiro de 2004, a respeito da qual podemos ler:

Negociação salarial

O repasse do INPC integral e mais 5% de aumento real são as principais reivindicações dos metalúrgicos para o dissídio em janeiro. A assembleia aprovou o rol de reivindicações que já foi enviado para a classe patronal e estamos aguardando. Além das cláusulas econômicas básicas, há outras muito importantes:

Estabilidade por afastamento do serviço devido à doença.

Plano de saúde.

Participação nos lucros.

Jornada de trabalho de 40 horas – o Sindicato está lutando pela jornada de 40 horas semanais,

sem prejuízo dos salários. Assim estaremos ajudando os companheiros desempregados a conquistarem um novo emprego. Com a redução das horas, as empresas vão precisar contratar mais trabalhadores para não diminuir a produção.

Não encontramos no informativo “Zé Ferreiro” nenhum indicativo de greve para o ano de 2004 ou que as negociações do Sindicato com as empresas seguissem tranquilas. Perceberemos que, no decorrer desse período, prevaleceram as negociações em relação às greves. De acordo com Cardoso (2015, p. 502),

Vistos em conjunto, os dados sobre greves e negociação coletiva sugerem que, embora “invisível” (pois não provoca a mesma comoção de outros tempos), a ação sindical no Brasil parece bastante eficaz ali onde os sindicatos são convocados cotidianamente para negociar os interesses de seus representados junto aos patrões. Nesse âmbito, não há crise sindical visível.

O mesmo informativo também nos deu conta sobre a construção da sede própria do Sindicato, que estava em curso nessa época. Referida sede, que já havia passado por outros locais, em salas comerciais alugadas, passou a ter sede própria a partir do final do ano de 2001, quando foi adquirida uma casa em frente ao Estádio Heriberto Hulse, na rua Leone Perassoli, número 49, onde se encontra até os dias de hoje. Na época, a matéria foi veiculada pelo informativo “Zé Ferreiro”, de novembro de 2001 (p. 2) a qual pode ser lida na sequência:

Atendimento na Nova Sede

A partir do dia 26 de novembro o Sindicato dos Metalúrgicos de Criciúma e Região passa a atender na nova sede, situada na rua Leone Perassoli, 49, em frente ao portão principal do Criciúma Esporte Clube. A nova sede foi adquirida em julho deste ano e já foi paga com recursos próprios, o que representa mais uma conquista dos trabalhadores. O imóvel tem mais espaço e conforto para melhor atendimento aos associados, evitará despesas com condomínio, e possui garagem para abrigar os veículos do Sindicato, além de melhores condições de estacionamento externo por haver menor fluxo de veículos nesta região em relação ao centro da cidade.

Entre 2003 e 2004, segundo o que podemos perceber pelo informativo do Sindicato, a antiga casa de madeira que abrigava o Sindicato foi retirada e foi construído no local um prédio de alvenaria com dois pisos, o qual abriga o Sindicato até os dias atuais. De acordo com o informativo “Zé Ferreiro”, de dezembro de 2003, o prédio, com 592,7 m², possui nove salas, auditório, sala de reuniões, entre outras instalações. O informativo de maio de 2004 deu conta de que o Sindicato já havia terminado a construção do novo prédio e que já estava atendendo no local. O mesmo informativo trouxe um editorial apresentando aos trabalhadores questões sobre as negociações coletivas realizadas para o ano de 2004, cuja transcrição apresentamos a seguir:

Negociação coletiva e Mobilização

Em fevereiro, fechamos as negociações coletivas referente às perdas do ano de 2003. Foram várias as reuniões com a classe patronal, difícil como todos os anos, acabamos fechando com o índice maior que o INPC (inflação) e mantendo as cláusulas sociais.

No Caravaggio, os trabalhadores decidiram pela paralização, que foi avaliada pela direção como muito positiva, já que no passado os trabalhadores por pressão dos patrões não paralisavam. (ZÉ FERREIRO, maio de 2004, p. 1).

Inferimos que o ano de 2004 foi de conquistas e de conscientização da classe trabalhadora metalúrgica, que paralisou até mesmo empresas que não possuíam essa prática por medo da

pressão dos patrões. O mesmo informativo apresentou que os trabalhadores, naquele ano, conseguiram reajuste salarial acima do INPC calculado para o período entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2003, que era de 10,38%, sendo que os trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e da região conquistaram 12% na data-base, ficando também mantidas as cláusulas sociais do abono de férias e/ou aniversário, definido junto com o Sindimetal e o Sindimaq (sindicatos patronais) em R\$ 80,00, e com o Sindimetal Caravaggio em R\$ 90,00.

O ano de 2004 também foi de posse da nova diretoria. O informativo “Zé Ferreiro”, de maio do referido ano, anunciou essa posse, cujo presidente, Oderi Gomes, era trabalhador da Icon. Gomes foi reeleito quatro anos depois para um novo mandato, sendo que sua gestão à frente do Sindicato ocorreu no período de 2004 a 2012. Oderi Gomes em entrevista, resume sua gestão da seguinte maneira:

Foi dada continuação no processo de conquistas de melhores salários e condições de trabalho. Os ganhos econômicos foram muito importantes, na valorização do piso e dos salários de todos os 11.500 trabalhadores da categoria. Tivemos greves em algumas empresas, por atraso de salários. Enfrentamos juntamente com os trabalhadores a busca de cobrança dos direitos em empresas que encerraram as atividades. Nesses oito anos, tivemos duas greves da categoria, em janeiro e julho, na data base [sic]. Realizamos investimentos em toda estrutura da sede e sub-sedes, com informatização para melhor atender os trabalhadores (PEREIRA, 2012, pp. 311, 312).

São poucas as fontes do período em que Oderi Gomes ficou à frente do Sindicato, mas podemos confirmar no informativo “Zé Ferreiro” suas falas na entrevista que deu a Sebastião Tavares Pereira sobre as greves e outras questões ocorridas em sua gestão.

Observamos também nos informativos do Sindicato que os anos que correspondem aos governos Lula e Dilma foram marcados por poucas greves e muitas conquistas por meio de pequenas mobilizações e negociações coletivas, com reajustes salariais acima do INPC, índice que calcula a inflação para o ano. No entanto, de acordo com o editorial de capa do informativo do Sindicato de maio de 2004 (p. 1), “[...] essa conquista só foi possível com a mobilização dos trabalhadores, fazendo pressões nas fábricas e a união entre trabalhadores e a direção”. No distrito de Caravaggio, em Nova Veneza, houve uma pequena paralisação avaliada pela direção do Sindicato como muito positiva. De acordo com “Zé Ferreiro” de maio de 2004 (p. 1), sobre a paralisação no Distrito de Caravaggio, temos o seguinte:

Desta vez foi diferente, os patrões tiveram que ir até a casa dos trabalhadores e trazê-los para dentro da fábrica, mesmo assim a produção ficou comprometida durante três dias. Que essas atitudes dos patrões sirvam para que os trabalhadores vejam o quanto é importante o seu trabalho na produção da fábrica. Conscientização, mobilização e união, isso não pode faltar entre os trabalhadores.

Conforme o informativo, os trabalhadores do distrito de Caravaggio, no município de Nova Veneza, nunca teriam paralisado as atividades das metalúrgicas daquele local, portanto, essa ocasião se configurou em aprendizado, tanto para os patrões quanto para os trabalhadores. Os últimos perceberam a importância da sua força de trabalho, dado que, sem eles, as fábricas pararam e os empresários ficaram desesperados, sofrendo com os prejuízos. E os patrões aprenderam sobre a importância das negociações com os trabalhadores para evitar medidas extremas, a exemplo de greves e paralisações.

Infelizmente, a seção “Chumbo Grosso” do informativo ainda movimentava as notícias

sobre os acidentes de trabalho, a morte de trabalhadores, o atraso no pagamento de salários e rescisões de contrato, o trabalho de menores de idade em locais insalubres, o pagamento de horas extras “por fora”, como medida usada pelas empresas para fins de sonegação de impostos. Tudo isso somada à velha prática do não repasse do FGTS para o governo. Conforme a seção de maio de 2004 (p. 4):

A morte de um companheiro metalúrgico em acidente de trabalho trouxe à tona a discussão sobre a segurança no trabalho. É fundamental o trabalhador se conscientizar da importância do uso dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). No Brasil, segundo estatísticas do INSS, no período de 1970 até o ano de 2002 quase 33 milhões de trabalhadores foram vítimas dos acidentes de trabalho.

O informativo “Zé Ferreiro”, de março de 2005, deu a tônica do que seriam os anos 2000 para os trabalhadores metalúrgicos da região. Negociações coletivas e aumentos reais acima da inflação para o período conquistados pelos trabalhadores fizeram com que as greves diminuíssem consideravelmente. De acordo com o editorial do informativo do Sindicato de março de 2005 (p. 1):

Mais uma vez, fechamos a negociação coletiva com índice maior que o INPC (inflação) e mantendo as cláusulas sociais. Enquanto o INPC de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004 foi de 6,13%, conquistamos 9%. Isso só foi possível porque houve a mobilização dos trabalhadores, o trabalho sério e persistente da direção do Sindicato e o crescimento econômico de 2004.

Conforme os informativos do Sindicato de março, junho, julho e dezembro de 2005, não houve nenhuma greve durante o ano. Os informativos se limitaram a informações variadas aos trabalhadores, como salário família, valor do salário mínimo, seguro desemprego, imposto de renda, INSS, convênios com médicos e dentistas, campeonato de futebol suíço para os trabalhadores das metalúrgicas, etc. Foi também no ano de 2005 que o Sindicato colocou em funcionamento o seu *site* na *internet* para ampliar a comunicação com os trabalhadores.

O ano de 2009³, no informativo do mês de maio, o que mais chamou a atenção foi a conquista novamente de um reajuste salarial acima do INPC para o período. Em “Zé Ferreiro” (2009, p. 3), podemos ler:

Categoria conquista aumento de 8,5%

Os mais de seis mil trabalhadores metalúrgicos de Criciúma e região conquistaram índices superiores à inflação no dissídio coletivo de janeiro. O fechamento das negociações encerrou em março em função da dificuldade de negociação pelos empresários em função da crise. Segundo Oderi Gomes, presidente do Sindicato, a categoria conquistou um reajuste positivo e significativo pela paciência dos trabalhadores em esperar passar o ápice da crise que iniciou em outubro. “Alegando a queda na produção e nas vendas os empresários não apresentaram proposta nas primeiras reuniões”, explica. Oderi lembra que foi necessário argumentar lembrando que os efeitos da crise causaram pouco impacto nas empresas da região.

Apesar das conquistas dos trabalhadores nesse período - em que predominaram as negociações coletivas no lugar das greves, as quais marcaram os períodos anteriores, principalmente os anos de 1980 - no ano de 2010, o informativo do Sindicato apresentou a ocorrência de greve que paralisou pelo menos três empresas da região. De acordo com “Zé

3 Para os anos de 2006, 2007 e 2008, nenhuma informação foi obtida.

Ferreiro” (2010, p. 3):

Após nove anos da última paralisação no setor de máquinas em Criciúma e região os metalúrgicos entraram em greve de 02 a 04 de agosto de 2010. O protesto fechou as empresas Industrial Conventos (ICON) de Criciúma e a Cardal e CMC de Cocal do Sul. A adesão foi de 100%, cerca de 500 trabalhadores. “Os metalúrgicos acreditaram na sua força de organização e fizeram uma greve vitoriosa”, afirma Oderi Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em Criciúma e região.

Segundo o informativo, os trabalhadores dessas empresas obtiveram 8,5% de aumento salarial, sendo um ganho superior ao índice da inflação para o período, embora a proposta patronal tenha sido de 7,31%. Pequenas greves como essa foram constantes durante os anos 2000 – nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Foi um período de grande prosperidade econômica no País e na região, em que os empresários preferiram a negociação para que as atividades não fossem paralisadas por longo tempo. O ano de 2011 também foi marcado por novas negociações entre o sindicato dos trabalhadores e os sindicatos patronais, sendo que não houve ocorrência de greves. Os informativos de junho e agosto daquele ano se limitaram a informar sobre os dissídios coletivos, as negociações e os aumentos salariais conquistados durante o ano. O que chama a atenção no informativo de agosto de 2011 é a falência da Metalúrgica Bock. De acordo com a matéria da capa,

A Metalúrgica Bock de Forquilha encerrou suas atividades no primeiro semestre desse ano, após 15 anos de prestação de serviço no setor. Em reunião realizada no mês de junho entre o proprietário, direção do Sindicato e os 22 trabalhadores, foi acertado que a Assessoria Jurídica do Sindicato iria fazer o “arresto” dos equipamentos e posteriormente sua venda para quitação dos direitos trabalhistas.

O informativo do Sindicato explicou que as máquinas e os equipamentos da empresa seriam vendidos para que os trabalhadores pudessem receber suas rescisões, já que a empresa havia alegado, em reunião, não possuir dinheiro para cumprir suas obrigações contratuais com os trabalhadores.

No ano de 2012, primeiro ano da gestão de Francisco Pedro dos Santos na presidência do Sindicato, o portal G1, da então RBS TV, trouxe a matéria sobre a ocorrência de uma greve dos metalúrgicos de Criciúma e região. Conforme o *site*, cerca de 1.400 trabalhadores metalúrgicos de empresas estavam em greve, a qual havia iniciado na segunda-feira, dia 20 de agosto daquele ano, sendo que tinha sido aprovada em assembleia no dia 17. A paralisação atingiu empresas de Criciúma e de Cocal do Sul e se estendeu à cidade de Araranguá. De acordo com o portal da RBS,

A direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região (Sinmetal) negocia o aumento de salário com representantes patronais desde maio. A última proposta foi de 7% de aumento para todos, sendo 4,9% de INPC, 2,1% de ganho real e R\$ 340 de abono. A categoria reivindica 14,9% entre inflação e ganho real. “A gente sabe que o desfile coletivo é uma vez no ano e se a gente negocia mal agora, vai ficar só para julho do ano que vem. Então agora a gente tem que fazer uma boa negociação”, diz Francisco. (G1, 21 de agosto de 2012, n.p.).

A matéria também afirmou que a paralisação afetou diretamente a produção das indústrias cerâmicas que dependiam dos equipamentos produzidos na região. Segundo o texto, o sindicato patronal (Sindimaq) estava irredutível e afirmava que os valores

reivindicados estavam acima do que as empresas poderiam saldar; dessa forma, para atender às reivindicações, seria necessário demitir trabalhadores.

Como podemos perceber, entre os anos de 2003 e 2016, prevaleceram pequenas greves; já as negociações coletivas tiveram grande sucesso em todo o País e também no sul catarinense. Na maioria das vezes, os trabalhadores conseguiram ganhos reais acima do índice de inflação para o período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de lutas do Sindicato dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Criciúma e região foi o principal objetivo deste trabalho. Buscamos analisar como se constituiu o Sindicato dessa categoria e suas lutas, a partir dos anos de 1960 até o ano de 2016. Nesse período de atuação do Sindicato, foi possível identificar três fases que estavam ligadas ao contexto de lutas empreendidas pelos trabalhadores em âmbito nacional.

A trajetória do Sindicato foi marcada pela constante defesa dos trabalhadores tanto nas greves e nas pequenas paralizações quanto nas causas trabalhistas de defesa dos direitos, como recebimento de FGTS, férias, horas extras.

Podemos concluir, portanto, que desde a fundação da Associação, em 1962, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Criciúma e da região, cumpriu sua tarefa na defesa dos trabalhadores do setor. Desde sua primeira diretoria e fundação, com Raul Clemente Pereira, até nosso recorte temporal, o ano de 2016, o Sindicato, entre vitórias e derrotas, não mediu esforços na defesa dos trabalhadores. Das lutas travadas nessas três fases, com greves ou negociações coletivas os trabalhadores do Sindicato obtiveram conquistas relevantes, que entre elas destacam-se: estabilidade pré-aposentadoria, horas extras com a primeira e segunda com adicional de 50% e a partir da terceira com adicional de 100%, adicional noturno de 30%, Piso Salarial, abono de férias, aviso prévio de 45 dias para o trabalhadores com mais de 5 anos na empresa e 60 dias para aqueles de possuem mais de 10 anos de empresa⁴.

⁴ Essas informações constam na página do Sindicato. (<http://www.sinmetalsc.com.br/sindicato>. Acesso em 17/06/2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. SILVA, Jair B. da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno CRH, Salvador, v.28, n.75, p.511-528, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0511.pdf>
- BEZERRILL, Simone da Silva. Imprensa e política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. Maranhão: UEMA, 2011.
- BOITO JR., Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical. Campinas: UNICAMP, 1991.
- BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, Armando. GALVÃO, Andréia (Org.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012
- BRASIL RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: 2020. Disponível em <http://mte.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2020.
- CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. Experiências Comparadas de Política Industrial no pós-guerra: lições para o Brasil. In: VELOSO, Fernando; FERREIRA, Pedro Cavalcanti;
- CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Política industrial do governo Lula. Texto para Discussão, Campinas, n. 181, jul. 2010.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012.
- GIAMBIAGI, Fabio; PESSOA, Samuel de Abreu (org.). Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. [S.l.]: Editora Campus Elsevier, 2013.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016.
- G1. Cerca de 1400 metalúrgicos entram em greve no Sul de Santa Catarina. Atualizado em 21 de agosto de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/08/cerca-de-1400-metalurgicos-entram-em-greve-no-sul-de-santa-catarina.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- HENRIQUE, Artur. Um olhar dos trabalhadores: um balanço positivo, uma disputa cotidiana e muitos desafios pela frente. SADER, Emir. (Org.). Lula e Dilma: 10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOBSBAWM, Eric John. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). O desmonte da nação: Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARTINS, Fernando Debrida. Trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico do Sul Catarinense (1979-2018). UNESC, 2021. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico.
- MIRANDA, Luiz Antônio. Trajetórias e Experiências do Movimento Operário Sindical de Criciúma

- SC: Da Ditadura Militar a Nova República (1964- 1990). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- NAGASAVA, Heliene. O Sindicato que a ditadura queria: o ministério do trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- PEREIRA, Sebastião Tavares. O operário e o padre: história da criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região – SINMETAL. Florianópolis: Ed. do Autor, 2012.
- PERROT, Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2017.
- SADER, Eder, Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, falas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1988.
- TEIXEIRA, José Paulo. Os Donos da Cidade. Florianópolis: Editora Insular, 1996.
- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VENDRAMINI, Célia Regina. A Contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 10, n. 2, maio/abr. 2006.
- VOLPATO, Terezinha G. Vidas Marcadas: Trabalhadores do Carvão. Tubarão: UNISUL, 2001.
- ZANELATTO, João Henrique; FRANÇA, Gilvan Felipe Teixeira de. Perfil, Formação Profissional e Noção de Política Sindical de Metalúrgicos de Criciúma e Sul Catarinense. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 19, n. 3, 2016.

FONTES CONSULTADAS

Informativo Zé Ferreiro.
Jornal do Sul,
Jornal O metalúrgico,
Jornal O Estado.